

01- Para os efeitos da Resolução n.º 936/2012 do TCE-RS, analise as definições abaixo e responda:

I- Unidade Central de Controle Interno (UCCI) é o órgão central responsável pela coordenação das atividades do sistema de controle interno.

II- Sistema de Controle Interno (SCI) é o conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno previstas na Constituição e normatizadas em cada nível de governo.

III- Controle Interno (CI) é a técnica a ser utilizada pela Unidade Central de Controle Interno para verificar a ocorrência de erros, fraudes e desperdícios, abarcando o exame detalhado, total ou parcial, dos atos administrativos.

IV- Auditoria Interna (AI) é o conjunto de recursos, métodos e processos adotado pelas próprias gerências do setor público, com vistas a impedir o erro, a fraude e a ineficiência, visando a dar atendimento aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas III e IV.

02- Marque “V” se a assertiva for verdadeira e “F” se for falsa. Após assinale a alternativa que contém as respostas corretas:

( ) A Resolução n.º 905/2011 do TCE-RS instituiu a remessa dos dados e informações relacionados às concessões de inativação na esfera municipal, custeadas pelos respectivos Regimes Próprios de Previdência Social, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através da rede mundial de computadores - INTERNET utilizando-se do Sistema de Pensões e Inativações da Esfera Municipal – SAPIEM.

( ) De acordo com a Resolução n.º 936/2012 do TCE-RS, a Unidade Central de Controle Interno – UCCI pode ser composta por servidores de cargo de provimento efetivo bem como pelos de cargos em comissão, aos quais não será exigida atuação exclusiva na Unidade.

( ) A Resolução n.º 936/2012 do TCE-RS dispõe que a instituição do Sistema de Controle Interno (SCI) nos Municípios independe de lei municipal.

- a) V, F, F.
- b) V, V, V.
- c) F, V, V.
- d) F, F, V.

03- Analise as assertivas abaixo:

I- A Resolução n.º 843/2009 do TCE-RS instituiu a Base de Legislação Municipal (BLM), considerada como instrumento de suporte à execução das atribuições e competências da Corte do Tribunal de Contas do Estado, bem como fonte de informações aos jurisdicionados e de consulta pública.

II- De acordo com o que prevê a Resolução n.º 843/2009 do TCE-RS, a Base de Legislação Municipal (BLM) será desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo o acesso para consulta externa, disponibilizado gratuitamente aos entes municipais, órgãos da administração pública e ao público geral.

III- Integrarão a Base de Legislação Municipal (BLM) as normas expedidas pelos órgãos e entes jurisdicionados da esfera municipal, as quais deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado por meio da rede mundial *Internet*, conforme texto da Resolução n.º 843/2009.

IV- O encaminhamento da legislação de que trata a Resolução n.º 843/2009 do TCE-RS será de responsabilidade do Administrador de cada um dos órgãos e entidades jurisdicionadas da esfera municipal.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II, III e IV.
- c) Apenas III e IV.
- d) Todas.

**Responda as questões 04 e 05 de acordo com os textos das Resoluções n.º 787/2007 e 887/2010, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.**

04- Marque a **incorreta**:

- a) Após a remessa integral dos dados necessários ao exame da legalidade de atos originários de admissão em cargo ou emprego público, bem como os que configuram formas derivadas de provimento, ao Tribunal de Contas, não caberá a requisição de documentos e/ou informações complementares por parte do corpo técnico da Direção de Controle e Fiscalização - DCF, mesmo que se preste ao fim de sanar quaisquer dúvidas pertinentes aos dados enviados.
- b) Os responsáveis pelos órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios deverão enviar ao Tribunal de Contas do Estado do Grande do Sul, em meio informatizado, os dados necessários ao exame da legalidade de atos originários de admissão em cargo ou emprego público, bem como os que configuram formas derivadas de provimento.
- c) À Supervisão de Informática – SINF cabe orientar e dar suporte aos jurisdicionados quanto às questões referentes ao programa de informática.
- d) O exame da legalidade de atos de admissão dar-se-á por ocasião das auditorias realizadas pelos Serviços de Auditoria, junto às unidades administrativas que emitirem tais espécies de atos, mediante a utilização das técnicas de auditoria aplicáveis.

05- Complete a lacuna corretamente:

Compete à \_\_\_\_\_ gerir os dados e as informações relativos ao Sistema Informatizado de Auditoria de Pessoal – SIAPES, bem como prestar atendimento aos jurisdicionados no que diz respeito ao lançamento dos dados.

- a) Supervisão de Informática – SINF.
- b) Unidade Central de Controle Interno – UCCI.
- c) Direção de Controle e Fiscalização – DCF.
- d) Departamento de Auditorias – DA.

**De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, responda as questões 06, 07, 08 e 09.**

06- Assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de julho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.
- b) Os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até 30 (trinta) de abril.
- c) Os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, inclusive com cópia ao Poder Executivo do respectivo Estado, até 31 (trinta e um) de maio.
- d) O descumprimento dos prazos previstos na Lei Complementar n.º 101/2000 para encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União impedirá, até que a situação seja regularizada, que os entes da Federação recebam transferências voluntárias e contratem operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

07- Marque “V” se a assertiva for verdadeira e “F” se for falsa. Após, assinale a alternativa que contém as respostas corretas:

( ) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

( ) A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

( ) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

- a) V, F, F.
- b) F, V, V.
- c) V, V, V.
- d) F, F, V.

08- Para os efeitos da Lei Complementar n.º 101/2000, define-se como *operação de crédito*:

- a) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;
- b) o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiro;
- c) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;
- d) a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

09- Leia as assertivas abaixo:

I- A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada Município, não poderá exceder o percentual de 50% da receita corrente líquida.

II- Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente federativo a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

III- Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

IV- Para os efeitos da Lei Complementar n.º 101/2000, entende-se como *empresa estatal dependente* a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas III e IV.

**Responda as questões 10 a 14 com base na Lei Federal n.º 8.666/93 (Lei de Licitações).**

10- Leia abaixo:

I- Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

II- Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

III- Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

IV- Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

Quais das assertivas acima são hipóteses previstas pela Lei n.º 8.666/93 em que a Administração pode dispensar a licitação?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas II, III, e IV.
- d) Todas.

11- Marque a alternativa que está **incorreta**:

a) A Administração Pública não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

b) Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

c) A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório somente poderá anular a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

d) São tipos de licitação: a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta.

12- A modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, denomina-se:

- a) Tomada de Preço;
- b) Concurso;
- c) Concorrência;
- d) Convite.

13- Marque "V" se a assertiva for verdadeira e "F" se for falsa. Após, assinale a alternativa que contém as respostas corretas:

No que diz respeito ao Procedimento e Julgamento da Licitação, pode-se dizer que:

( ) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 8.666/93.

( ) O prazo para protocolar o pedido de impugnação ao edital de licitação é de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

( ) Protocolada a impugnação ao edital de licitação, a Administração deve julgar e responder à impugnação em até 7 (sete) dias úteis.

- a) V, F, F.
- b) F, V, V.
- c) V, V, V.
- d) F, F, V.

14- Assinale a alternativa que está **incorreta**:

a) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.

b) Para os fins da Lei de Licitações, considera-se alienação toda transferência de domínio de bens a terceiros.

c) As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão, em particular, à seguinte sequência: projeto básico; projeto executivo; e execução das obras e serviços.

d) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

**As questões 15 e 16 foram elaboradas de acordo com a Lei Federal n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).**

15- Se o agente público permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado para beneficiar terceiro estará ele:

- a) praticando ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública;
- b) incidindo em ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito para outrem;
- c) praticando ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário;
- d) agindo dentro de seu ofício, uma vez que não constitui ato de improbidade administrativa.

16- Leia as assertivas abaixo:

I- Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

II- No caso de enriquecimento ilícito por parte do agente público, perderá este os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

III- Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente público, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

IV- As disposições da lei de improbidade administrativa não são aplicáveis àquele que induza o agente público para a prática do ato de improbidade.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Todas.

**De acordo com a Lei Federal n.º 4.320/64 e suas alterações, responda as questões 17 a 20.**

17- Sobre *exercício financeiro*, leia as assertivas abaixo:

I- O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

II- Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

III- Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

IV- As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

a) Apenas I.

b) Apenas II e III.

c) Apenas I, III e IV.

d) Todas.

18- Marque a alternativa **incorreta**:

a) Em se tratando da elaboração da Lei de Orçamento, se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

b) A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

c) Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.

d) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, excetuadas as de operações de crédito autorizadas em lei.

19- Marque "V" se a assertiva for verdadeira e "F" se for falsa. Após assinale a alternativa que contém as respostas corretas:

De acordo com a Lei 4.320/64, os *créditos adicionais* classificam-se em:

( ) suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

( ) especiais, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública;

( ) extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

a) V, F, F.

b) V, V, V.

c) F, F, V.

d) F, V, V.

20- Acerca do controle da execução orçamentária, leia as assertivas abaixo:

I- O Poder Executivo dos entes da federação, semestralmente, prestará contas ao respectivo Poder Legislativo.

II- As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

III- Quando, no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.

IV- O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I, II e III.

c) Apenas II, III e IV.

d) Apenas I e IV.

OBS: Não serão exigidas as alterações introduzidas pelo Decreto Federal 6.583/2008 - Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, alterado pelo Decreto nº 7.875/2012 que prevê que a implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.”.

### **Autoridade**

A autoridade dos pais é um direito natural conferido por Deus e reconhecido pela sociedade. Mas, muito mais do que um direito, é um dever ou responsabilidade que os pais contraem frente àqueles que lhes conferiram o citado direito. Esta autoridade equivale \_\_\_\_\_ capacidade de mandar, proibir e decidir. Os filhos serão eternamente agradecidos aos pais pelo exercício da autoridade, pois deles terão aprendido com clareza e com carinho o que é certo e o que é errado.

Há um século o estilo predominante era o do vaidoso pai mandão. Exerce sua autoridade com tal zelo, que absorve parte da autoridade da mãe, por culpa de seu forte temperamento, ou por culpa da pusilanimidade da mãe. Mas no mundo moderno é mais frequente o inverso, o debilitamento da autoridade paterna, agravada por um distanciamento progressivo do pai do lar, quase sempre por motivos de trabalho. A ausência física acaba por provocar abatimento moral, desinteresse, abandono ou delegação irrestrita da autoridade para a mãe. Este caso desdobra-se, algumas vezes, no debilitamento duplo de autoridade, quando a mãe se ausenta pelo mesmo motivo, com delegação \_\_\_\_\_ avó ou babá. Um quarto desajuste possível são as ânsias, por parte de algumas mães, de posse territorial, assumindo o lar como seu feudo, buscando para si, todas as funções familiares, incluindo a educação.

A autoridade dos pais é sadia na medida em que ambos a compartilham equilibradamente e se complementam ao exercê-la. Cada um tem estilo próprio de exercer a autoridade, que deve ser respeitado e potencializado, na pressuposição de que os cônjuges se aceitam reciprocamente como pessoa, e que cada um deseja que o outro seja livre. Conflitos e disputas nesta área podem desprestigiar os pais perante os filhos e a consequência será o enfraquecimento da autoridade de ambos. Esta mesma autoridade permanece sadia se é educativa, adaptando-se à cada fase do desenvolvimento e amadurecimento das crianças ao longo dos anos.

O prestígio é fundamental a quem quer que queira exercer autoridade. O prestígio pode fazer de uma pessoa um líder, ou desacreditá-la caricaturescamente. Os pais levam grande vantagem de início, pois são admirados como heróis pelos filhos. Mas os defeitos dos pais são logo percebidos, desde a tenra idade. Serão, entretanto, eternamente respeitados, se os filhos notarem que os pais lutam por adquirir virtudes do bom-humor, da serenidade, da sinceridade, da fortaleza, entre outras. O pai se faz respeitar em casa se é homem de uma só peça, se igualmente se faz respeitar profissionalmente, entre os amigos, no lazer, etc. O que prestigia um homem é a luta que trava consigo mesmo para ser melhor, para crescer, para ser virtuoso. [...]

Os pais que exercem sua autoridade na família através do serviço, fazendo-se \_\_\_\_\_ vezes tapete macio para estimular, e outras vezes cascalho intransigente por defender a verdade moral, dão segurança \_\_\_\_\_ passadas dos filhos, fazendo-os grandes seres humanos.

(André Pessoa – disponível em [portaldafamilia.com.br](http://portaldafamilia.com.br) – com adaptações)

As questões a seguir referem-se ao texto acima.

21- Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do texto:

- a) à – à – às - às
- b) a – à – as - às
- c) à – a – às - as
- d) a – a – as - às

22- Em “A autoridade dos pais é sadia na medida em que ambos a compartilham equilibradamente e se complementam ao exercê-la.” A função sintática do pronome “-la” é:

- a) objeto direto
- b) objeto indireto
- c) sujeito
- d) predicativo

23- Considere as afirmativas abaixo:

I – No início da oração “Exerce sua autoridade com tal zelo,...” (2º parágrafo) acrescentar a expressão “O pai” e escrever a palavra “exerce” com inicial minúscula.

II – Em “pois deles terão aprendido com clareza e com carinho o que é certo e o que é errado.” (final do 1º parágrafo) substituir a palavra “pois” por “porque”.

III – Na oração “Mas os defeitos dos pais são logo percebidos, desde a tenra idade.” ( 4º parágrafo) substituir “tenra” por “complexa”.

Quais modificações propostas manteriam corretas as passagens do texto?

- a) Apenas a I e a III.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a II.

24- De acordo com o 3º parágrafo, pode-se afirmar que:

- a) A autoridade dos pais deve adequar-se nas diversas fases do desenvolvimento dos filhos.
- b) O desprestígio dos filhos perante os pais causa o enfraquecimento somente da autoridade paterna.
- c) Ambos os cônjuges têm a mesma maneira de praticar a autoridade.
- d) Autoritarismo excessivo torna-se fundamental para uma educação sadia.

25- Os verbos que exigem o mesmo tipo de complemento estão empregados nos trechos transcritos na alternativa:

- a) “Os pais que exercem sua autoridade na família”  
“Os pais levam grande vantagem de início”
- b) “O prestígio é fundamental a quem...”  
“Cada um tem estilo próprio”
- c) “a consequência será o enfraquecimento...”  
“O que prestigia um homem”
- d) “... fazendo-os grandes seres humanos...”  
“Os filhos serão eternamente agradecidos”

26- Os pronomes destacados nas frases a seguir têm como referência no texto, respectivamente:

I – “na medida em que ambos a compartilham...”

II “O prestígio pode fazer de uma pessoa um líder, ou desacreditá-la caricaturescamente.”

- a) medida/pessoa
- b) autoridade/líder
- c) autoridade/pessoa
- d) pessoa/pessoa

27- No trecho “é um dever ou responsabilidade que os pais contraem...” o sentido seria mantido se a palavra “contraem” fosse substituída por:

- a) repassam
- b) dispensam
- c) assumem
- d) inferem

28- “... era o do vaidoso pai mandão.” A palavra “vaidoso” é escrita com a letra “s”. Das palavras a seguir, apenas uma está escrita de forma INCORRETA. Assinale-a:

- a) duquesa
- b) quiser
- c) amortisar
- d) grisalho

29 – Analise as afirmativas a seguir:

I – Em “este caso desdobra-se, algumas vezes, ...” o pronome oblíquo “-se” foi usado encliticamente ao verbo.

II – “Serão, entretanto, eternamente respeitados” a conjunção “entretanto” pode ser substituída por “no entanto”, sem que se altere o sentido do texto.

III – As palavras “ausência” e “família” recebem acento pois são paroxítonas terminadas em ditongo.

Estão corretas:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I e III.
- d) A I, II e III.

30 – Leia o segmento:

“O pai se faz respeitar em casa se é homem de uma só peça, se igualmente se faz respeitar profissionalmente...”

A classe gramatical da palavra “se”, no trecho acima é, respectivamente:

- a) pronome/conjunção/conjunção/pronome
- b) conjunção/conjunção/pronome/pronome
- c) preposição/pronome/conjunção/conjunção
- d) pronome/pronome/conjunção/pronome

### PROVA: LEGISLAÇÃO

Responda as questões 31 a 35 com base na Lei Municipal nº 199/1991 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores.

31- Assinale a alternativa correta:

- a) A promoção, a readaptação e a recondução, interrompem o exercício.
- b) Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor, sendo que é de 10 (dez) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
- c) Posse é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor.
- d) Função gratificada é a instituída por lei para atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento, sendo privativa de servidor de cargo de provimento efetivo observados os requisitos para o exercício.

32- Marque “V” se a assertiva for verdadeira e “F” se for falsa. Após assinale a alternativa que contém as respostas corretas:

- ( ) A função gratificada é instituída por lei para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento, que não justifiquem a criação de cargo em comissão.
  - ( ) A função gratificada poderá também ser criada em paralelo com o cargo em comissão, como forma alternativa de provimento da posição de confiança, hipótese em que o valor da mesma poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo em comissão.
  - ( ) O valor da função gratificada não poderá ser percebido cumulativamente com o vencimento do cargo de provimento efetivo.
- a) V, F, F.
  - b) F, F, V.
  - c) F, V, V.
  - d) V, V, V.

33- É a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor básico fixado em lei. Este conceito refere-se a:

- a) Vencimento
- b) Remuneração
- c) Salário
- d) Vantagens pecuniárias

34- Marque a **incorreta**:

- a) O servidor que prestar trabalho noturno fará jus a um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo.
- b) O servidor que, por força das atribuições próprias de seu cargo, pague ou receba em moeda corrente, perceberá um auxílio para diferença de caixa, no montante de 10% (dez por cento) do vencimento.
- c) O exercício de atividade em condições de insalubridade, assegura ao servidor a percepção de um adicional respectivamente de 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio e mínimo.
- d) A gratificação natalina corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano.



35- Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – por 1 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, para doação de sangue;

II – até 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

III – até 5 (cinco) dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmãos;

IV – até 4 (quatro) dias consecutivos por motivo de falecimento de avô ou avó.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I, II e III.

c) Apenas II, III e IV.

d) Todas.

**As questões nº 36 e 37 foram elaboradas com base na Lei Orgânica do Município de Paverama.**

36- Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I – servidores públicos do município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

II - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III- orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta do Município.

V- elaboração e alteração do Regimento Interno da Câmara Municipal;

Qual(is) está(ão) correta(s)?

a) Todas.

b) Apenas I, II, III e V.

c) Apenas I, II, III e IV.

d) Apenas II, III e V.

37- As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de \_\_\_\_\_ dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação neste prazo.

a) sessenta

b) noventa

c) cento e vinte

d) cento e oitenta

**Responda as questões nº 38 e 39 com base na Constituição Federal de 1988, com as alterações introduzidas por suas Emendas Constitucionais.**

38- De acordo com os “Direitos e Deveres Individuais e Coletivos” previstos na Constituição Federal, marque “V” se for verdadeira e “F”, se falsa:

( ) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

( ) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive aquelas de caráter paramilitar;

( ) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

a) V, F, F.

b) V, F, V.

c) F, V, V.

d) F, V, F.

39- Assinale a **incorreta**:

a) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios são vedados pela Constituição da República de 1988.

d) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

**Responda a questão nº 40 com base na Lei Federal 8.429/92: Lei da Improbidade Administrativa.**

40- De acordo com o capítulo "Atos de Improbidade Administrativa" disposto na Lei 8.429/92, frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente:

- a) constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;
- b) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública;
- c) constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito;
- d) não constitui ato de improbidade administrativa.